

ARTIGO

## “Assim se faz história, assim deve ser ensinada”: Manoel Bomfim e a instrução histórica no ensino primário (1899-1930)

*‘That’s how history is made, that’s how it must be taught’: Manoel Bomfim and historical instruction in primary education (1899-1930)*

Magno Francisco de Jesus Santos\*

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil*

**RESUMO:** O escopo deste artigo é a concepção de Manoel Bomfim acerca da instrução histórica. Ao escrever sobre a metodologia da educação, nos idos de 1915, Manoel Bomfim defendeu uma renovação do ensino de história, no intuito de torná-lo mais atrativo para as crianças e mais eficiente no processo de formação cívica. Apesar de ser um intelectual consideravelmente analisado em âmbito historiográfico e da produção de livros escolares, Manoel Bomfim ainda é pouco discutido no tocante às contribuições acerca do ensino de história. Neste sentido, este artigo tem como fonte principal o livro “Lições de Pedagogia”, em cotejo com “O Methodo dos Tests”, com o parecer do compêndio de História da América e com a produção historiográfica do autor. A partir dessa análise desses vestígios, busco entender a concepção do autor acerca da história, pensada na dimensão do ensino, ou seja, do seu entendimento sobre a instrução histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metodologia da História. Ensino de História. Instrução histórica. Manoel Bomfim.

**ABSTRACT:** *The scope of this article is Manoel Bomfim’s conception of historical instruction. When writing about the methodology of education, in the years of 1915, Manoel Bomfim defended a renewal of the teaching of history, in order to make it more attractive for children and more efficient in the process of civic formation. Despite being an intellectual considerably analyzed in the historiographical sphere and in the production of school books, Manoel Bomfim is still little discussed with regard to contributions about the teaching of history. In this sense, this article has as main source the book “Lições de Pedagogia”, in comparison with “The Method of Tests”, the opinion of the compendium of History of America and the historiographical production of the author. From this analysis of these vestiges, I seek to understand the author’s conception of history, thought in the dimension of teaching, that is, of his understanding of historical instruction.*

**KEYWORDS:** *History Methodology. History Teaching. Historical instruction. Manoel Bomfim.*

\* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: [magnohistoria@gmail.com](mailto:magnohistoria@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>.

## Introdução

Ao ensino da História na Escola Primária, aplica-se, em grande parte, as considerações e os preceitos com que justificamos a metodologia racional da Geographia. Quanto ao papel que desempenham na instrução geral do indivíduo, ambas concorrem para o mesmo fim: São disciplinas que se completam. Uma e outra se referem a factos complexos: tão complexos e tão vastos que, em geral não podem ser diretamente observados, e tem de ser apresentados ao aluno sob a forma descritiva e narrativa. São disciplinas que estudam as formas e as condições do viver humano. Por isso mesmo, também para a História se torna necessário subordinar o problema da respectiva metodologia à elucidação dessa dupla questão: o que é História? [...] Para que serve uma tal disciplina no preparo geral do indivíduo? (BOMFIM, 1926, p. 251).

Em texto escrito nos idos de 1915, resultante das anotações das aulas no curso de Pedagogia na Escola Normal do Rio de Janeiro, Manoel Bomfim preconizou o lugar dos usos da metodologia da história no processo de formação dos alunos do ensino primário. Nas palavras do docente, o ensino de História deveria ser regulado no método racional, por se referir a fatos complexos. Uma complexidade que exigia uma observação indireta e um ensino pautado na descrição e narrativa.

No entender do professor de Pedagogia, a história, juntamente com a geografia e as ciências físicas e naturais eram parte do programa referente às “ciências descritivas e experimentais”. Neste sentido, a definição do campo disciplinar da história aproximava-se das preconizações pensadas para a área de referência, com o reconhecimento da necessidade de se buscar métodos racionais e de pensar o teor narrativo da história, tanto no âmbito da observação histórica no campo investigativo, como na atuação docente na história ensinada. Possivelmente, assim motivado, Manoel Bomfim pensou o ensino de História no âmbito do ensino primário como “Metodologia da História” e não como uma metodologia do ensino de História.

Diante dessa argumentação, o pensamento historiográfico do intelectual sergipano nem sempre é pensado a partir de sua principal interface de atuação profissional, ou seja, a partir do viés pedagógico. Afinal, qual é o lugar da história ensinada no âmbito do espaço escolar primário? Qual era o modelo de história que o autor defendia para as escolas brasileiras? Com base nestas questões, neste artigo busco entender a concepção de Manoel Bomfim acerca da história pensada a partir da dimensão do ensino. Deste modo, o escopo pauta-se em pensar como o autor construiu a ideia de instrução histórica, qual é o lugar dessa instrução no âmbito do ensino e como ela se insere ou relaciona-se com a metodologia da história.

Com isso, arrolo a construção da análise a partir da produção intelectual de Manoel Bomfim no período entre 1899 e 1930. A fonte principal é o livro *Lições de Pedagogia*, publicado inicialmente, nos idos de 1915. Neste artigo utilizo a terceira edição, publicada em 1926. A concepção metodológica da história tecida neste livro será cotejada com outras obras, como “O Brasil na História”, publicado em 1930, o parecer que Bomfim produziu acerca do “Compêndio de História da América”, redigido em 1899 e publicado no ano seguinte, em 1900,<sup>1</sup> e, principalmente, “O Método dos Tests”, publicado nos idos de 1928. Foi nesta obra, elaborada em parceria com professoras da educação pública do Rio de Janeiro, que Manoel Bomfim discutiu algumas possibilidades de uso metodológico dos *tests* no processo de ensino da História, elucidando possibilidades e limitações.

Manoel Bomfim defendeu uma renovação da disciplina história, no intuito de torná-la mais atrativa para as crianças e de fomentar à consolidação dela no processo de formação cívica. Essa

será a faceta do intelectual a ser vislumbrada: o professor da Escola Normal que pensa o ensino de história a partir do método histórico. O posicionamento intelectual ambivalente, no qual transitou entre as leituras acadêmicas acerca do passado nacional e à docência na Escola Normal, tornou Manoel Bomfim um sujeito emblemático para a compreensão das propostas de articulação entre a construção do conhecimento histórico e a produção de narrativas para o seu ensino. Trata-se de um ângulo ainda pouco aventado, pois, apesar de ser um intelectual consideravelmente analisado em âmbito historiográfico brasileiro,<sup>2</sup> da Psicologia,<sup>3</sup> da Sociologia,<sup>4</sup> da Educação<sup>5</sup> e da produção de livros escolares,<sup>6</sup> Manoel Bomfim ainda é pouco discutido no tocante às suas contribuições acerca do ensino de história.<sup>7</sup> A dimensão do professor e da elaboração de propostas de ensino de história é uma faceta cerceada de Manoel Bomfim.

Nascido em Aracaju nos idos de 1868, Manoel Bomfim foi um dos mais proeminentes e polêmicos intelectuais do período da Primeira República. Foi um ator social que lutou em diferentes frentes: imprensa, ensino, gestão, política e na publicação de livros. Sua produção intelectual foi permeada por uma recepção crítica, muitas vezes desfavorável,<sup>8</sup> por autores como Sílvio Romero.<sup>9</sup> Além disso, essa produção se caracterizou por ser expressamente polissêmica e polivalente, por meio de reflexões que perpassavam por diferentes campos nos quais Bomfim atuou, como a Psicologia, Pedagogia, Sociologia e História. Em outras palavras, Manoel Bomfim, assim como outros homens letrados de seu tempo,<sup>10</sup> foi um intelectual multifacetado, tanto no âmbito da ocupação de cargos públicos, como por meio do exercício de escrita.

A leitura acerca da concepção de Manoel Bomfim sobre a instrução histórica encontra-se amparada pelas noções de cultura política e de intelectual. A noção de cultura política foi operacionalizada no sentido de pensar quais elementos centrais perpassavam pelo projeto de escrita e ensino da história no Brasil, ou seja, como o autor mobilizou determinados episódios do passado nacional no intuito de edificar uma leitura comum de passado e, também, instituir um projeto compartilhado de futuro. Ao elucubrar sobre o ensino de história, Bomfim expressava a preocupação de usar a instrução histórica como recurso de libertação, a partir da seleção de episódios que deveriam nortear o ensino e fomentar o sentimento cívico.

A cultura política pode ser entendida como uma leitura comum de passado e um projeto compartilhado de futuro. Partindo deste pressuposto, é pertinente afirmar que a operacionalização da cultura política possibilita o entendimento dos meandros da escrita da história, tanto no âmbito das narrativas acadêmicas e/ou escolares quanto no âmbito da construção de políticas públicas, de currículos ou projetos educacionais. Deste modo, compartilho a definição de cultura política pensada por Serge Berstein, na qual,

O objetivo era mostrar que a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinária, a maior parte das vezes sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, mesmo papel significante. (BERSTEIN, 1998, p. 350-151).

Leituras de passado e projetos de futuro compartilhados, apropriações de experiências históricas a partir de conotações positivas ou negativas e o uso de um amplo repertório de símbolos no processo de difusão. Assim definida, a cultura política emerge como uma prática inerente ao ofício do historiador em todas as suas dimensões. Uma profusão que pode gerar fascínio e velar as armadilhas. Certamente, a principal delas é a compreensão da cultura política como algo pronto, finalizado, personificado e linear. Eliana Dutra chama a atenção dos historiadores para a necessidade de reconhecer como em “um mesmo momento histórico podem existir culturas políticas plurais.” (DUTRA, 2002, p. 25). Além disso, “a cultura política, seria assim, transversal às famílias políticas.” (DUTRA, 2002, p. 25).

No entanto, para pensar os usos do passado no âmbito da escrita histórica de Manoel Bomfim, torna-se salutar pensar na noção de intelectual, tida por Jean-François Sirinelli como polimorfa e polifônica. A definição do ser intelectual em perspectiva histórica deve levar em consideração diferentes aspectos, entre os quais, o sentido do termo no contexto analisado. De acordo com Sirinelli,

Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de Intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta. (SIRINELLI, 1998, p. 242).

A atuação de Manoel Bomfim no cenário cultural da Primeira República brasileira leva-nos a entender o seu caráter polifônico, de ampla inserção em diferentes setores políticos, administrativos, intelectuais e educacionais. Por essa pluralidade, que o torna um sujeito histórico escorregadio, trata-se de um intelectual que pode ser lido tanto como um mediador cultural quanto um intelectual engajado. Neste artigo, optei por pensá-lo como intelectual engajado, no intuito de vislumbrá-lo como um sujeito que instituiu propostas de renovação do ensino de história como um instrumento político de transformação da sociedade brasileira. Tal engajamento intelectual fez com que parte da fortuna crítica de Manoel Bomfim fosse erigida a partir do binômio esquecimento e rebeldia.

Por vezes, a rebeldia intelectual de Bomfim foi utilizada como justificativa para o seu silenciamento historiográfico. No âmbito do esquecimento, é recorrente as apreciações historiográficas elucidarem Manoel Bomfim como um pensador da história silenciado. Francisco Iglesias, por exemplo, afirma que os seus livros, “[s]ingulares na bibliografia, tiveram edição precária. Se repercutiram quando do aparecimento, certo não tiveram o eco devido. Depois, o silêncio.” (IGLESIAS, 2000, p. 150). Uma ausência de eco propiciada pelas ideias inovadoras, na qual o intelectual emergia com um pensamento dissonante. Para Kabengele Munanga, Manoel Bomfim teria sido “uma voz discordante das doutrinas racistas em voga em na sua época.” (MUNANGA, 1999, p. 62). Para Antônio Cândido, “[i]njustamente esquecido (talvez por se apoiar em superadas analogias biológicas, talvez pelo radicalismo incômodo das suas posições).” (CÂNDIDO, 1973, p. 3).

Seguindo o mesmo caminho, José Carlos Reis afirma que “sua obra é pouquíssimo conhecida e a discussão importante que ela propõe sobre o Brasil quase nunca é realizada.” (REIS, 2006, p. 223). Já Dante Moreira Leite interpreta o silêncio como resultante de o pensamento de Bomfim “ter sofrido uma lenta maturação, mas somente em algumas páginas atinge o nível de generalidade e consistência lógica, necessárias para uma visão sistemática de sua posição.” (LEITE, 2017, p. 330).

Acerca desse silêncio historiográfico de Manoel Bomfim é necessário considerar duas questões. A primeira é atinente à própria dinâmica das apreciações historiográficas, nas quais os autores emergem como leituras imprescindíveis em uma época e são execrados ou silenciados em outra. As apreciações historiográficas também possuem história e atendem às demandas de cada momento histórico. Diante disso, o silenciar acerca da produção historiográfica de Bomfim ao longo do terceiro quartel do século XX pode ser problematizado, assim como o entusiasmo na retomada do autor a partir da década de 80 do mesmo século, tornando-o um intelectual amplamente analisado em suas múltiplas facetas. Uma profusão de estudos que hoje impele os historiadores a buscarem novas abordagens, ou facetas do autor ainda tidas como pouco investigadas. De qualquer modo, não é mais possível afirmar que Manoel Bomfim seja o “rebelde esquecido” (AGUIAR, 2000).

Um intelectual festejado no âmbito historiográfico, mas que ainda apresenta aspectos relevantes pouco elucidados. Parto do pressuposto que é necessário pensar a constituição dos saberes históricos na produção intelectual de Bomfim a partir de suas inquietações no campo do ensino, ou seja, pensar a teoria da história na escrita de Manoel Bomfim a partir das demandas atreladas ao ensino de história. Isso implica em mergulhar em uma seara pouco investigada ou negligenciada pelos críticos. É o caso de Francisco Iglesias, ao escrever:

Professor, escreveu livros didáticos — alguns em colaboração com Olavo Bilac —, ou sobre o ensino, no qual teve responsabilidades administrativas. Além de estudos médicos e obras didáticas para o primeiro e segundo graus, produziu outros. Não nos interessa aqueles, mas os dedicados a problemas sociais. (IGLESIAS, 2000, p. 149-150).

São exatamente esses escritos tidos como menores e “desprovidos” de uma dimensão acerca dos problemas sociais que nos interessa, pois podem ser vistos como indícios acerca da confluência entre a operacionalização dos conhecimentos históricos e a transformação social. Neste caso, não o vejo como “o pedagogo, em busca de soluções, não o simples erudito empenhado em análise supostamente científica” (IGLESIAS, 2000, p. 150), mas como um pensador da história que articula os seus fazeres científicos com “o aumento do ensino” (MUNANGA, 1999, p. 62) como solução dos problemas sociais do país.

Diante do exposto, o texto encontra-se dividido em três momentos. No primeiro, a partir dos escritos pedagógicos em cotejo com a produção historiográfica, busco entender a concepção de história em Manoel Bomfim. No segundo momento, discorro sobre a apreciação historiográfica de Bomfim. Por fim, analiso a sua proposta de instrução histórica e quais seriam as funções da história ensinada no processo de formação dos jovens.

## “Conhece-te a ti mesmo”: a concepção de história em Bomfim

Como intelectual engajado na identificação dos problemas nacionais, Manoel Bomfim se utilizou das narrativas históricas como recurso para a apresentação de suas hipóteses atinentes à “deturpação das tradições”. Apesar de apresentar características elogiadas, como o fato de ser um pesquisador que via o povo, ou de “ser o historiador patricio que mais destacou o índio no processo social” (IGLESIAS, 2000, p. 153), ressalta-se a apreciação “no ângulo estritamente historiográfico, deve-se consignar-lhe certa fragilidade. Quem a produziu não é pesquisador, não frequentou arquivos.” (IGLESIAS, 2000, p. 154). Essa dubiedade de ter discutido o passado nacional desprovido de pesquisa documental, ter instituído releituras sobre a experiência histórica nacional em contribuições “apreciáveis” e “prolixas”, dificulta identificar o lugar de Manoel Bomfim na historiografia brasileira. Rebeca Gontijo, uma das pioneiras no enfrentamento dessa questão, assinala:

Manoel Bomfim não pode ser considerado como um historiador, no sentido que, já em sua época, era atribuído a autores como Capistrano de Abreu ou João Ribeiro. [...] No entanto, é possível situá-lo como um “pensador da história”, recuperando seu trabalho como crítico da historiografia, disposto a fazer reflexões sobre a matéria e provocar os historiadores, num momento em que estes podiam ser identificados não por formação ou titulação, mas devido a um conjunto de práticas autodidatas e tradições intelectuais. (GONTIJO, 2003, p. 134).

Acredito na pertinência de entender Manoel Bomfim como um pensador da história. Não por desconsiderá-lo um historiador, mas pela própria configuração do cenário intelectual e dos fazeres historiográficos no Brasil durante a Primeira República. São homens e mulheres oriundos de diferentes instituições e pautados em concepções historiográficas distintas que estão pensando a história em seus múltiplos fazeres. Manuel Bomfim foi um deles.

O seu exercício de escrita da história tornou-se um ponto de efusão de polêmicas, de questionamentos das teses científicas até então vigentes no país. Em pleno período do pós-abolição e de propagação das teorias pautadas na superioridade racial, Bomfim combateu o racismo. No momento de reinvenção da identidade nacional sob a rubrica republicana, ele pensou acerca do potencial de reconhecimento do passado como instrumento de liberdade para o futuro. Em um contexto marcado pelo otimismo pedagógico e de entusiasmo pela educação (NAGLE, 2001; SANTOS, 2013), ele defendeu a reformulação do ensino de história a partir das inquietações sociais e pedagógicas, mesmo sem ser professor de história. Por fim, e não menos importante, Bomfim foi um dos pioneiros no processo de sistematização dos estudos da historiografia brasileira, ao pensá-la como mecanismo de invenção das tradições históricas do país.<sup>11</sup> Como bem salientou Luiz Carlos Bento, “sua reflexão historiográfica transita entre os limites temporais de domínio de dois modelos de escrita da história comumente identificadas como clássica e moderna, igualmente presentes na historiografia do período.” (BENTO, 2019, p. 46).

Neste sentido, torna-se pertinente discutir a compreensão de Manoel Bomfim sobre a história. Afinal, como ele definiu o conhecimento histórico e a sua aplicabilidade na sociedade? A concepção do autor acerca da história encontra-se diluída em diferentes escritos, tanto no âmbito da produção voltada para a explicação do “caráter brasileiro”, como nos escritos educacionais. No livro “Lições de Pedagogia”, escrito nos idos de 1915, ele definiu: “a história é a reconstituição da vida consciente das sociedades humanas, representada na evolução de cada uma das suas instituições características.” (BOMFIM, 1926, p. 251).



Essa definição, adjetivada pelo próprio Bomfim como “synthetica”, expressa duas questões relevantes acerca de sua acepção de história: a primeira, no tocante ao objeto, a segunda, no âmbito da natureza do conhecimento histórico. A história pensada por Manoel Bomfim tinha como objeto “a vida consciente das sociedades humanas”. Trata-se, certamente, de uma concepção que enaltece o papel do sujeito social da história, o agir coletivamente. Como disciplina, a história “concorria para a formação do espírito.” (BOMFIM, 1929, p. 252).

Além dessa dimensão social, a preconização da história na escrita de Manoel Bomfim também perpassava pelo alargamento da concepção de fato histórico. A história não se limitava às questões da política e dos grandes homens. O horizonte histórico a ser contemplado pelo historiador era mais amplo e plural. No seu entender:

Há (e não poderia deixar de haver), na História, uma parte synthetica, que é a própria contemplação inteligente do viver geral dos grupos sociais. Nella se condensam todos os traços que, na sua vida consciente, vae o homem deixando sobre a terra, de forma que, através de seus julgamentos e das suas constatações, podemos apreciar e conhecer: os progressos realizados, o sentido em que se faz esse progresso, as resistências que a ele se oppoem, a função do tempo, os liames necessários que nos prendem ao passado, e, finalmente, o que é lícito e lógico esperar do futuro. (BOMFIM, 1926, p. 252).

A investigação histórica teria, na proposta de Bomfim, como objeto “todos os traços da vida consciente” da humanidade. Trata-se de uma concepção fortemente amparada no aspecto sociológico e que reconhece o protagonismo dos diferentes grupos sociais, em decorrência de não haver um favorecimento dos chamados “grandes homens”. A apreciação histórica, neste sentido, ancorava-se na ideia de progresso, entendida pelo autor como um recurso primordial para a transformação social. Na acepção de Bomfim, a história deveria cobrir as experiências “conscientes” da humanidade e, desse modo, para ela se tornar democrática e poder contemplar as experiências plurais da sociedade, a educação deveria cumprir a sua função basilar. Em um discurso de formatura da Escola Normal do Rio de Janeiro, nos idos de 1904, ele afirmou:

Lembremos ainda: que o ser humano é o ser educavel e adaptavel por excellencia; inculto, nullo, incapaz, ignorante, ele póde adquirir, em duas ou tres gerações, todas as aptidões, e mostrar-se preparado para todos os progressos [...]. Uma sociedade constituída hontem de inaptos e retardados, póde apresentar-se amanhã como um povo de progressistas e de competentes, prompto para a vida e para a ação. (BOMFIM, 1904, p. 8).

Percebe-se como o pensamento historiográfico de Manoel Bomfim encontrava-se coadunado com a práxis educacional e o anseio de transformação social. Ensinar história era um processo, que levaria à contemplação do passado e à construção do futuro. A educação, em perspectiva mais geral, e o ensino de história, em particular, emergiam na escrita de Bomfim como um projeto político, uma ação que partia da reflexão sobre o passado para reinventar a nação, transformando-a para o futuro. Desta feita, a história pensada por Bomfim possuía um papel preponderante no processo de libertação dos povos. No livro “O Brasil na história”, publicado em 1930, ele defendeu o lugar da história como elemento de justiça e libertação dos povos humildes:

Na verificação das falsidades e distorções históricas, adquire-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar, das histórias contadas, o que merece estima e apreço. Aos povos de tradição humilde, isto se impõe como condição essencial, indispensável, si querem ter justa compreensão de sua própria história, no valor real dos sucessos que a fazem. Assim, desprezando os critérios interesseiros das grandes tradições, os humildes poderão verificar conscientemente o valor da sua tradição nacional, proclama-lo desassombadamente, e tirar dessa mesma tradição indicações e estímulos, para a sua plena expansão. (BOMFIM, 1930, p. 49-50).

Diante disso, Manoel Bomfim elucidou como as narrativas históricas poderiam expressar “a deturpação constante na história, ora podada, ora exagerada” (BOMFIM, 1930, p. 49), como também, pensada de forma apropriada, poderia ser o instrumento de libertação dos povos, em busca das próprias tradições. Ele combatia os usos de uma história universal, escrita a partir da “escolha” de episódios pelos historiadores, fato que o levou a reverberar a ideia de Carlyle de que “a falsidade da história é tão velha como a própria história.” (BOMFIM, 1930, p. 42). Em oposição a esse modelo de narrativa, ele defendeu o esforço de escrita das histórias nacionais: “verificadas as condições em que se faz a história para o uso universal, cabe a cada povo defender a própria história, num esforço que deve ser proporcional ao valor aparente das histórias deturpadoras.” (BOMFIM, 1930, p. 42).

Diante do reconhecimento entre histórias deturpadas e histórias libertadoras, uma questão que se tornava fulcral era atinente aos procedimentos que deveriam ser adotados para a seleção da história que tivesse “utilidade real dessa disciplina na instrução geral.” (BOMFIM, 1926, p. 241). Neste quesito, torna-se possível pensar a segunda questão atinente à acepção de história em Bomfim, ou seja, a natureza do conhecimento histórico. Esse é um ponto relevante para o entendimento do lugar social do pensador da história notabilizado como rebelde esquecido, pois se tratava de um intelectual crítico do exercício de escrita da história e que não realizou investigação nos arquivos.

Neste sentido, a inquietação de Bomfim no tocante aos fazeres historiográficos não estava atrelada ao trato dado aos documentos, mas à construção da narrativa. Para Bomfim, a história deveria ser pensada no tocante aos procedimentos interpretativos. Ele era um crítico de alguns modelos interpretativos usuais em seu tempo. Como pertinentemente expressou o brasileiro Thomas Skidmore, “argumentava Manuel Bonfim, todas as teorias sociais não passavam de instituições do *status quo*.” (SKIDMORE, 2012, p. 134). Partindo desta assertiva, torna-se salutar pensar a definição dos fazeres históricos. Para Bomfim,

Definir a história como simples relato de factos Moraes, sociaes e econômicos; considera-la, apenas, no aspecto chronologico e narrativo, seria um grave erro. A História é chronica, é descripção narrativa, porque compreende todas as chronicas, e porque somente sob essa forma se podem observar e caracterizar os factos históricos; mas vae muito além, porque como todas as disciplinas que concorrem para a formação do espírito, ella tem os seus princípios geraes. (BOMFIM, 1926, p. 251-252).

Nas preconizações de Manoel Bomfim, a história não deveria ser lida apenas em seu aspecto cronológico, por meio da enunciação dos fatos. Uma apreciação útil da história deveria ser respaldada na depuração do seu caráter narrativo, da construção da trama, sob a dimensão da crônica. A formação do espírito encontrava-se norteado pela escrita, pelo “fazer da história”. Essa é leitura



que elucidava o aspecto pedagógico da história de forma cambiante: não seria somente o culto aos grandes feitos que expressariam a formação cívica, como casos exemplares para as novas gerações. Bomfim defendia a avaliação da construção da narrativa histórica. Assim, ele listou as qualidades da narrativa histórica: “o dever de ser a história: sincera, purificada, vivaz, exacta... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente nas aspirações comuns.” (BOMFIM, 1930, p. 38).

O quadro de qualitativos elencados por Bomfim norteava os princípios da escrita da história. Era a honestidade do historiador no trato das coisas passadas que implicava no modelo de formação cívica. O valor fundante da história estava na exatidão da escrita, na sinceridade do historiador no ato de interpretar o passado, na vivacidade da reconstituição dos episódios. Assim, a narrativa histórica fomentaria a consciência nacional. Neste sentido, “a história é o próprio registro de cada tradição, nas suas páginas se encontram os mais significativos fatores de decisão e tenacidade, os mais vehementes motivos de confiança coletiva.” (BOMFIM, 1930, p. 37).

Por essa perspectiva, a escrita da história possibilitava o uso do passado como lastro de confiança das gerações do presente para instituir o futuro. No projeto político de Manoel Bomfim, a história era o alicerce emocional de criação do porvir. Mas como se daria essa função emotiva da história?

Desta sorte, cria-se, na história, mais do que em qualquer das instituições concretas, o mundo onde se encontram os desejos e as realizações, através dos tempos e das classes sociais. Vão com ellas os sentimentos dominantes e fecundos, sem que isto lhe contradiga a função essencial, antes beneficiando-a, pois que o sentimento é o próprio estímulo na consciência. “Não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão que trabalha pelo futuro.” (BOMFIM, 1930, p. 38).

A proposta de história gestada por Manoel Bomfim integrava passado, presente e futuro. A disciplina assumia o papel de criadora de mundos possíveis, de desejo por mudanças, em uma saga protagonizada pelas classes sociais e emaranhada pelo tempo. Por esse motivo, ele defendeu o caráter combatido no ofício do historiador, pois “a história é o campo onde se travam todos esses combates de que resulta a vitória de uma das instituições sobre as outras, de classes e de doutrinas, em detrimento de outras.” (BOMFIM, 1930, p. 37).

## “Os que fizeram a história do Brasil”: a apreciação historiográfica

Pautado nesta dimensão, Manoel Bomfim abalizou a produção historiográfica nacional. Ao depurar a historiografia brasileira, no capítulo “Os que fizeram a história do Brasil”, qualificando os autores entre os bons<sup>12</sup> e ruins historiadores,<sup>13</sup> ele elucidou o modelo de escrita da história que deveria ser seguido. O crivo de validação da produção historiográfica utilizado por Bomfim era o vínculo dos autores com a monarquia e o ato de olvidar ou secundarizar experiências históricas nacionais, como a Insurreição Pernambucana. No entender de Bomfim, “a Casa de Bragança, para quem se fez a restauração, foi o principal conductor da deturpação e adulteração da nossa história nacional, [...] realizando, finalmente, uma história contra a verdadeira tradição brasileira.” (BOMFIM, 1930, p. 110).

Parte considerável dos elogios no capítulo foi destinada aos escritos de Frei Vicente do Salvador. De acordo com Bomfim, a “primeira História do Brazil era a revelação de um espírito novo, na novidade de uma tradição nacional própria, tinha em si, por isso mesmo, inspiração para novos modelos no historiar uma pátria.” (BOMFIM, 1930, p. 116). Esse caráter inovador, de ter sido o fundador do sentimento nacional nas páginas da história, foi utilizado por Bomfim como justificativa do desaparecimento do livro até o século XIX. No seu entender,

O livro do frade bahiano, sumido pelos portugueses, era para os brasileiros, mais do que para o mundo geral da inteligência [...], sendo em si mesmo uma obra de valor effectivo, era, ao mesmo tempo, a aurora da mentalidade brasileira e da história nacional. (BOMFIM, 1930, p. 117).

Na contramão de um livro precocemente nacional, Manoel Bomfim criticou a escrita de Sebastião da Rocha Pitta. Dizia

São cousas incompatíveis ou existências inassimiláveis — nacionalidade e ubre [...], sepultaram imediatamente a obra de Fr. Vicente. Só podia apparecer, então, aquella história em que até o nome do Brazil se ofuscava, quanto mais a tradição! (BOMFIM, 1930, p. 117).

Frei Vicente do Salvador também foi utilizado para desacreditar as qualidades historiográficas de Varnhagen. Primeiramente, por não ter apresentado o livro ao público brasileiro, desde o primeiro momento após a localização do livro nos arquivos portugueses, pois “seria tarefa a que um historiador realmente brasileiro daria gostosamente a existência: desencavar a história de Frei Vicente.” (BOMFIM, 1930, p. 118). Essa desqualificação perpassava tanto pelo questionamento da nacionalidade, quanto no mérito de historiador atribuído ao Visconde de Porto Seguro.

Para este artigo, priorizo as críticas à execução do ofício do historiador, principalmente, no tocante ao manejo documental, pois ao apontar as incongruências profissionais e morais de um historiador, elucidam-se os elementos qualitativos do ofício. A crítica respalda-se nas obrigações do historiador no trato documental. Obrigações que não teriam sido seguidas por Varnhagen.

Esse conheceu, ainda bem moço, o livro tão ardentemente desejado; leu-o, no exemplar completo; explorou-o o mais que pôde, já dissimulando a origem das informações, já fingindo honestidade num arquivo [...], mas preferiu não cumprir o dever de brasileiro e historiador e não fez conhecido Frei Vicente. Há mesmo a circunstância de que o exemplar de que esteve em suas mãos desapareceu [...], preferiu guardar para si a descoberta, servindo-se no encoberto desescrupuloso do trabalho [...]. Aliás, parece que era vezo, no seu historiar, o esconder documentos de que lhe servia. [...]. Que respeito e mérito pode merecer um tal historiador? Que orientação esperar de histórias assim entendidas e realizadas? (BOMFIM, 1930, p. 118).

Ao elencar os defeitos historiográficos de Porto Seguro, Bomfim teceu um quadro elucidativo dos elementos que considerava inerentes ao ofício do historiador. Eram consideradas questões basilares a honestidade intelectual, a visibilidade e a democratização do acesso às fontes para possibilitar a crítica dos pares e a validação da escrita e a responsabilidade moral na preservação dos registros. Além disso, outra questão fulcral acerca do ofício pontuada era no tocante à força do exemplo do historiador. No caso de Porto Seguro, as consequências desse poderio tornavam-se letais no âmbito moral do exercício do ofício: “Sim, como Varnhagen fora primaz entre os nossos

historiadores... Imagine-se — que é que valerão outros, sem nobreza, sem primazias!” (BOMFIM, 1930, p. 120). Desse modo, a história bragantina, produzida por Varnhagen e demais historiadores oitocentistas, era caracterizada como “historiagens de hiatos, acasos, erudições chulas e elogios parvos, se tornou patente como — efeitos anti-nacionais” (BOMFIM, 1930, p. 121-122). Por fim, ele avaliza de forma categórica:

[D]ada a natureza do assumpto, ele se apaixonou para largas ao seu maior talento — de deturpador da história do Brasil. Pesadão, deselegante, sem arte, o seu livro tem vida, no entanto, a própria vida de sua paixão — de reacionário bragantista. (BOMFIM, 1930, p. 123).

Além desse olhar analítico para os historiadores de outrora, Bomfim também ajuíza a escrita da história do seu tempo, no período da Primeira República. No seu entender, “o caso se agravou porque, mantido o critério histórico de sempre, como de facto se manteve, já não se pode esperar correcção: os historiadores republicanos, impõem-se como impaciaes.” (BOMFIM, 1930, p. 133). Neste caso, mesmo com a mudança de regime político, a condição da historiografia brasileira permanecia atrelada aos princípios monarquistas, sob a aura da imparcialidade. Era o caso de Raphael Galanti, “jesuiticamente imparcial, para ser eficaz nas opiniões que pretende propagar.” (BOMFIM, 1930, p. 133). Essa apreciação dos historiadores de seu tempo, reafirma a condição dos embates envolvendo os homens de letras ao longo da Primeira República. Como assevera Ângela de Castro Gomes, “desse projeto também participaram os homens de letras que se reconheciam como historiadores e que acreditavam que o futuro exigia a solidez de um conhecimento ‘verdadeiro’ sobre o passado.” (GOMES, 2010, p. 10).

A escrita da história em tempos republicanos continuava como um problema a ser enfrentado, afinal, “a República que nada fez para louvar e venerar os seus feitos? Não criou o seu culto, nem lhes deu a merecida situação na história brasileira.” (BOMFIM, 1930, p. 133). O crítico da “república sem eleitores” vociferava acerca da negligência do novo regime acerca à memória dos heróis da historiografia. Manoel Bomfim não só elencou as virtudes dos grandes nomes nos fazeres historiográficos do país, como também reivindicou que eles fossem monumentalizados:

É uma República que, mesmo nas consagrações de significação histórica, só tem logar para os potentados da hora, em motivos de pura vaidade. Os bromzes de vivos, as estátuas mentirosas, ahí estão ridicularizando o culto nacional, e não há um retalho de mármore, nem um recante de rua que lembre aos Brasileiros os nomes dos dous grandes creadores da história nacional — Frei Vicente e Southey. (BOMFIM, 1930, p. 136).

Em defesa da reformulação da escrita da história nacional, Bomfim lamenta o descaso dos republicanos em relação à memória de dois historiadores sentenciados ao silêncio. Esse desdém com a memória de historiadores era visto por Bomfim como uma prova da ineficácia da república brasileira. Contudo, os anos republicanos não foram tingidos apenas de deméritos. Bomfim também reconhecia as virtudes de dois historiadores dos primeiros decênios do século XX: Capistrano de Abreu e João Riberio. Dois nomes que reverberavam o rigor de ser historiador, em espaços institucionais distintos. Capistrano de Abreu, historiador de “grande pensamento votado à história do Brazil” e que “timbra em ser, apenas um lúcido e incansável pesquisador, a organizar bom material para a verdadeira história do Brazil. Podia ter accitado ser auctor della, mas incoercível modéstia tem-no afastado sempre da grande tarefa.” (BOMFIM, 1930, p. 137).

Se Capistrano de Abreu expressava as virtudes do historiador no espaço dos arquivos, com a heurística, João Ribeiro foi incluso por suas qualidades docentes. Era o

[...] historiador por direito de magistério, historiador por direito, principalmente de muito saber, na lucidez de um descortino seguro, este preferiu limitar-se ao didactismo — uma série de manuais. No entanto, mesmo ahí, a sua obra tem sido de boa orientação, lineada com coragem e precisão. (BOMFIM, 1930, p. 137).

As qualidades dos trabalhos históricos denotam indícios sobre o ofício e reverberam as virtudes da escrita da história tida como nacional. Neste sentido, o autor de “O Brasil na História” buscava minimizar o papel dos intelectuais que escreveram a história do braganatismo, tida como deturpadora. Para ele, esses investigadores eram “historiadores por encomenda, opacos refractores” e “[n]ão havia para estes, outra orientação histórica, sinão os degraus do throno” (BOMFIM, 1930, p. 111). Por outro lado, alguns historiadores tinham contribuído de forma significativa para a construção da nação. Era um modelo de escrita pautado no civismo e que fomentava a liberdade nacional. Assim, “o estudo racional da História, deve ser, para a vida moral, o que o estudo da anatomia e da physiologia é para a vida orgânica: satisfação necessária ao clássico preceito do — conhece-te a ti mesmo.” (BOMFIM, 1926, p. 254). Diante disso, passo a discutir a compreensão de Manoel Bomfim acerca da instrução histórica.

## **“Uma verdadeira escola de moral e civismo”: a instrução histórica**

Nas preconizações sobre a formação de professores primários, Manoel Bomfim afirmou que considerava “a História como disciplina essencialmente educativa, tanto do ponto de vista mental, como do ponto de vista moral.” (BOMFIM, 1926, p. 254). O caráter pedagógico, para Manoel Bomfim, estava intrinsecamente atrelado ao conhecimento histórico, desde a apreciação da escrita da história, até o seu papel no espaço escolar. Em “Lições de Pedagogia”, a história ensinada foi nomeada por Bomfim como “instrução histórica”, aproximando-se, em certa medida, da instrução cívica, mas resguardando as suas especificidades, pois

[...] a instrução cívica já é o preparo para a vida social; mas além disto, a instrução histórica intervém diretamente para a adaptação do indivíduo ao meio moral, porque faz comprehender, de um modo explícito, o papel de cada uma de suas instituições, e o valor effectivo dos costumes e das tradições. [...] Si há no jovem indivíduo, as qualidades de um reformador, na História encontrará elle as mais preciosas inspirações, porque só cotejo do presente pelo passado se pode conhecer bem que é que se deve pedir ao futuro, e que é que pode razoavelmente esperar d'elle. (BOMFIM, 1926, p. 255).

No processo educacional do jovem, a instrução histórica assumia a função de nortear a formação moral. Era a disciplina que levaria o aluno a se conformar com o viver geral, mas sem deixar de lutar para progredir. Além de ser um espelho que reluzia o ímpeto interior de movimentar-se, como inspiração para a formação do caráter do indivíduo, a história coadunava diferentes temporalidades, por meio do cotejo entre presente, passado e futuro. O passado emergia, assim como a inspiração para o porvir. Com isso, a instrução histórica também era “universalmente reconhecida na influência da educação moral” e deveria ser pensada como um drama exemplar:

Há circunstâncias em que uma consagração, ou uma condenação da História tem mais poder sobre os espíritos do que o exemplo directo. Na História, cada typo, que se caracteriza e fala ao sentimento, inspira, estima, admiração, entusiasmo... ou compaixão, repulsa, reprobção... Bem aproveitados, os factos históricos são incomparáveis lições de civismo e de moral; mas para que sejam sugestivas, é preciso, justamente, não deixar perceber esse intuito, nem lhes dar o tom de propaganda doutrinária. É pela intensidade dramática dos feitos, pela pintura animada e real dos heróis, fazendo-os amados, ou detestados, que a contemplação da História se torna, de facto, uma excellente escola moral. (BOMFIM, 1926, p. 255).

A escola moral proposta por Manoel Bomfim era perpassada pelos usos do passado como exemplos positivos e negativos, com heróis e vilões. Por isso, ele enfatizava a necessidade de que o professor primário apresentasse os episódios históricos por meio do drama, como se fosse uma pintura carregada de vida. Ao dramatizar a história, havia a propensão de os alunos aprenderem pelo lado emotivo, por meio da admiração ou repulsa. No livro sobre “O Método dos Tests”, Bomfim elencou alguns dos episódios e personagens históricos, por meio de um exemplo de atividade, como pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1** – Test de História

— 54 —

ção de uma cifra — de correspondencia ou de classificação,  
como nos seguintes exemplos:

Abolição	Antonio Carlos
Insurreição pernambucana	Caldeira Castello Branco
Majoridade	Odorio Mendes
7 de Abril de 31	Joaquim Nabuco
Republica	Nunes Machado
Expulsão dos francezes do Rio de Janeiro	Martim Affonso
Conquista do Pará	D. Manoel Lobo
Revolução Praieira	Fernandes Vieira
Capitanias	Benjamin Constant
Colonia do Sacramento	Estacio de Sá

Os examinados devem dar um numero — o mesmo numero, ao acontecimento e ao personagem que a elle se refira. Ora, a boa realização do test tanto depende do saber, em Historia, como da capacidade de attenção: o mais preparado póde atrapalhar-se, dada a exiguidade do tempo marcado. No caso deste test:

**Fonte:** Bomfim (1928, p. 54).

A Figura 1 expressa um exemplo de *test* para a disciplina História pensada por Bomfim e um grupo de professoras primárias, que organizaram a obra.<sup>14</sup> Primeiramente, ressalta-se a preocupação pedagógica, pois se tratava de um exame que exigia conhecimento sobre o assunto e atenção. Qualquer deficiência em um desses campos iria repercutir negativamente no resultado. O segundo ponto que deve ser observado é no tocante aos conteúdos históricos, marcados pela ênfase nos episódios e sujeitos envolvidos no processo de formação do Brasil, com destaque para fatos atrelados

à nacionalidade, como a Insurreição Pernambucana. Trata-se de uma escolha condizente com os escritos de Bomfim acerca da história nacional. Certamente, essa constituiu uma estratégia de fortalecimento do nacionalismo, pois em seu entender “é a História que nos faz compreender explicitamente o meio social de que fazemos parte.” (BOMFIM, 1926, p. 253). Assim, o ensino da história fornecia os subsídios para a inserção social do aluno. Todavia, o ensino deveria ser próximo da metodologia da história, pautado na crítica:

A História é a melhor escola para a cultura da capacidade de julgar, porque os seus juízos resultam sempre de comparações e de apreciações muito complexas, de sorte que a parte mais importante, na sua elaboração, não é propriamente a compendiação dos factos, e, sim, a orientação geral que preside a sua escolha, os preceitos de crítica a que são submetidos, e o methodo com que são coordenados, no sentido de fazer contemplar e compreender a evolução social. Assim se faz a História; assim deve ser ensinada. (BOMFIM, 1926, p. 256).

Os fatos históricos, na proposta de ensino estabelecida por Bomfim, eram pensados como construção e por esse motivo não seria adequado instituir o ensino pautado exclusivamente na enunciação dos mesmos, que tornaria o ensino “árido, difficil e inutil”. O ensino substanciado na crônica política impedia o aluno de lobrigar a sequência racional da história e os sujeitos se tornariam ilógicos. O “bom método” do ensino de história deveria racionalizar a enunciação dos fatos. O ensino da história pautava-se no método usado para escrever história. Com isso, “do estudo da História, deve o alumno trazer esta noção: de que um homem não crea uma época, mas pode concentra-la, sendo realizador de uma aspiração.” (BOMFIM, 1926, p. 256). Isso implicava diretamente na produção dos compêndios de História:

Todos esses defeitos no estudo da História provém de molda-los às formas estreitas e inanimadas das páginas dos compêndios. Não há disciplina mais incompatível com elles. O ensino de História, na Escola Primária, tem de ser obra directo da palavra do mestre. (BOMFIM, 1926, p. 257).

No entender de Bomfim, não seria no compêndio que o aluno acharia as páginas adequadas para “ilustrar o seu espírito”.<sup>15</sup> O ensino deveria ser norteado pela palavra do professor, porque “a boa leitura é aquella que faz comprehender as condições do viver passado, e sentir com a evocação dos typos que agitaram a História.” (BOMFIM, 1926, p. 258). A crítica aos compêndios de história perpassava pela ausência de vitalidade dos personagens, algo que destoava da proposta centrada na expressão oral do professor. Essa conotação já defendida por Bomfim, no final do século XIX, quando produziu o parecer do compêndio de História da América de Rocha Pombo, em 1897:

Uma obra didática em geral deve ser simples, clara e concisa: quando mais quando tem por objeto a história. [...] [A] primeira qualidade de tal trabalho é a de por, ante os olhos de quem estuda, os fatos em suas linhas gerais, de modo que a variedade deles não faça esquecer nunca ao espírito do leitor a grande síntese em que esses fatos se completam e animam. (BOMFIM, 1900, p. XXXIII).

Bomfim defendia que os compêndios de História fossem sucintos, mas sem perder o seu caráter central, guiado “sempre por esse amor da justiça e do progresso” e que evitasse julgamentos mecânicos, que não pudessem ser aferidos se realmente o saber do aluno era indiscutível.



Uma proposta condizente com os seus preceitos aferidos aos *tests* (BOMFIM, 1928, p. 53). Com isso, o ensino de história do Brasil consistia em uma oportunidade de fomentar o nacionalismo e de construir uma lição acerca da fabricação do passado. A história pátria deveria ser entendida como processo, pois, “o Brasil histórico é um mundo que se crea, é uma nação que se forma.” (BOMFIM, 1926, p. 259).

Neste campo emergia a dificuldade elucidada pelo autor no âmbito de “O Brasil na história”, ou seja, mostrar como se formou a tradição no país. De acordo com Bomfim, “para definir esta tradição, não basta *contar*, é preciso fazer *senti-la*.” (BOMFIM, 1926, p. 261). A instrução histórica fundamentava-se no aspecto emocional. Racionalizava-se o ensino para mobilizar os sentimentos. Substanciado pelo método histórico, o ensino tornar-se-ia, “interessante, eficaz e útil”. Na forma de uma “didactica trivial, será sempre inexpressiva, banal, inútil e árida.” (BOMFIM, 1926, p. 265). Além de defender o uso do método histórico no ensino da disciplina, ele também discutiu as limitações dos processos avaliativos. Sobre o uso dos *tests* alertou:

Em História, por exemplo: si o test nos diz com precisão o que o alumno sabe em conhecimentos feitos e até a sua capacidade de julgar destacadamente — de homens e acontecimentos, não há possibilidade de, por esse meio, verificar e apreciar o seu modo de considerar uma phase histórica no relacionamento explícito das suas decorrências. (BOMFIM, 1928, p. 79).

Ao alertar acerca das limitações de aprendizagens do uso do método dos *tests*, Manoel Bomfim elencava outras habilidades que deveriam ser desenvolvidas por meio do ensino de história, como a complexa necessidade de entender uma época. Bomfim alertava que a história não deveria se restringir aos heróis e seus feitos, mas “à observação mais aturada, com a observação refletida e analítica da organização social” (BOMFIM, 1928, p. 79). O ensino da história era considerado uma atividade complexa e por esse motivo ele destacou alguns elementos que deveriam ser observados pelos professores primários, como a idade do aluno e a estratégia de exposição dos conteúdos:

O ensino systemathico da História não pode começar antes do nove, dez annos. Até então, a instrucção a fazer, neste sentido, é toda preparatória [...]. Si a História tem por fim fazer conhecer a vida das sociedades atravez dos tempos, o seu estudo deve buscar-se no conhecimento da sociedade de hoje, porque todos os juízos que o alumno forme, todas as noções que no seu espirito se organisem, a levem a cotejos explícitos ou implícitos, entre as cousas actuaes e as idades passadas. A vida corrente é o ponto de partida dos conceitos a respeito das causas históricas, porque é na apreciação do viver actual que a criança aprende a julgar os heroes e a comprehender as situações. A vida actual será História amanhã. (BOMFIM, 1926, p. 165).

Assim como outros pensadores da Educação de seu tempo (SANTOS, M., 2017a; 2017b; 2018; 2019), Bomfim defendia o ensino de História marcado pelo método intuitivo, partindo do conhecido para o desconhecido, do presente para o passado, do simples para o complexo. Por ser uma disciplina abstrusa, a história deveria ser lecionada para crianças a partir dos nove anos. É importante lembrar que Bomfim entendia a complexidade da história pelo fato da mesma ter um objeto “ausente”, o passado que só poderia ser apresentado aos alunos por meio da crônica, ou seja, da reconstituição narrativa dos feitos pretéritos. Por isso, tornava-se salutar preparar os alunos, ensinando-lhes as noções basilares para o julgamento histórico. Mas como preparar esses alunos? Bomfim recusava a possibilidade de uso da fantasia infantil como um recurso para a imaginação. No seu entender,

[a] verdadeira cultura da imaginação consiste em dar-lhes a inspiração das realidades, para que ella possa produzir melhor que a realidade [...]. No estudo da História, succeção de factos, não há necessidade de cultura especial para isto. O difficil é subordinar o espírito da criança à realidade. (BOMFIM, 1926, p. 168).

O compromisso da instrução histórica era com a realidade, no qual a finalidade era tornar a criança capaz de apreciar as relações sociais. Isso ocorreria pelo conhecimento intuitivo da vida e da observação do meio moral, “completando-se com as biographias dramatisadas dos personagens históricos.” (BOMFIM, 1926, p. 168). Ao contrário de Sílvio Romero, intelectual com o qual polemizou na esfera acadêmica, Bomfim não era adepto de uma história biográfica, tingindo o passado da nação por meio de seus heróis. A biografia na instrução histórica exercia apenas uma função complementar. A história ensinada era um campo de possibilidades, tornando-se tema para a composição de narrativas ou no apelo para fortalecer o patriotismo. Neste sentido,

O estudo da História que é uma verdadeira escola de moral e civismo, deve ser feito de molde a suscitar e cultivar os sentimentos de admiração e veneração pelos grandes typos; deve despertar entusiasmo e devoção pela comunidade nacional; mas tudo se tem de obter, sem recorrer ao ódio, sem crear contrates, sem gerar dissensões nos espíritos. (BOMFIM, 1926, p. 270).

A instrução histórica era um instrumento de construção da nacionalidade brasileira nas escolas brasileiras. Era o ímpeto inicial para romper as chamadas tradições deturpadas e iniciar a valorização do passado pátrio, protagonizado pelos próprios brasileiros.

## Considerações finais

O pensador da história Manoel Bomfim foi um intelectual emblemático para a compreensão da instrução histórica ao longo da Primeira República. Por ter sido um homem de letras que exerceu diferentes cargos públicos, ter lecionado na Escola Normal do Distrito Federal e ter empreendido uma substancial análise da história e da historiografia nacional, Bomfim construiu uma proposta de ensino de história coadunada com as demandas dos fazeres históricos de seu tempo. Ele conclamava às professoras primárias a ensinarem história como se fazia história.

Contudo, a originalidade de suas preconizações acerca do ensino de história vão além de sua polifonia institucional. Na questão metódica da instrução histórica, ao defender o uso do método histórico, corroborava para que a disciplina assumisse um viés sociológico, valorizando o protagonismo social em detrimento do papel individual dos heróis. A história deveria ser lida como um processo de construção da nação. Do mesmo modo, a apreciação dos alunos também não poderia incorrer nos fatos históricos, mas na crítica da narrativa construída pelos pensadores da história. De certo modo, a instrução histórica aproximava-se de uma incipiente história da historiografia para crianças.

Ademais, a instrução histórica de Bomfim reafirmava a sua postura crítica da história bra-gantista. O ensino do passado nacional pensado pelo intelectual sergipano promovia uma virada epistemológica da história, com o reacender de narrativas que traziam para a centralidade os episódios tidos como fomentadores da nação, principalmente, a insurreição pernambucana 1817. Trata-se de um projeto de futuro, pautado na reinvenção do Brasil nas páginas da história. Uma proposta que, de acordo com a fortuna crítica de Bomfim, teria sido silenciada, apagada, esquecida.

Contudo, é necessário lembrar que na condição de Diretor da Instrução Pública e de Professor da Escola Normal, o impacto dessa cultura política republicana calcada no discurso de liberdade nacional teve ressonância, principalmente nas escolas onde suas ex-alunas foram lecionar. Assim, mesmo tido como silenciado, o projeto de instrução histórica de Manoel Bomfim ecoou no espaço escolar.

## Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. Um livro admirável. In: BONFIM, Manuel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 22-34.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé: Socii, 1979.
- ANDRADE, Yara Rodrigues. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Sobre a obra de Manoel Bomfim: um estudo sobre lições de pedagogia: teoria e prática da educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 397-402, 2016.
- BARONI, Márcio Henrique de Moraes. *Bomfim: entre continente e nação*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BENTO, Luiz Carlos. Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em o Brasil na História. *Revista IHGSE*, Aracaju, n. 49, p. 41-57, 2019.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- BOMFIM, Manoel José. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- BOMFIM, Manoel José. *Lições de Pedagogia: teoria e pratica da educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926. Original publicado em 1915.
- BOMFIM, Manoel José. *O método dos Tests*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928.
- BOMFIM, Manoel José. Parecer sobre o livro “História da América” de Colombo, apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal (1897). In: POMBO, José Francisco da Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. VII-XXVII.
- BOMFIM, Manoel José. *O progresso pela instrução: discurso*. Rio de Janeiro: Tyographia do Instituto Profissional, 1904.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.
- BOTELHO, André. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- CAMARA, S.; COCKELL, M. O intelectual educador Manoel Bomfim e a interpretação do Brasil e da América Latina. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 11, n. 44, p. 293-307, 2012.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e desenvolvimento. *Argumento*, São Paulo, n. 1, p. 1-14, 1973.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- COCKELL, Marcela. *Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914)*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

- DEL GADIO, Rogata; PEREIRA, Doralice. O “nacionalismo patriótico” presente em Através do Brasil. *Revista Geográfica de América Central, Costa Rica*, v. 2, p. 1-17, jul./dic. 2011.
- DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*, Pamulha, n. 28, p. 13-28, 2002.
- DUTRA, Eliane de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- FERNANDES, Paula Rejane. América Latina aos olhos de Manoel Bomfim: análise da obra “A América Latina: males de origem”. *Dimensões*, Vitória, v. 29, p. 100-118, 2012.
- FILGUEIRA, André Luiz de Souza. *A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com o seu pensamento social e político*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- FREITAS, Itamar. *Ensino de História em Manoel Bomfim: um instrumento de educação moral e mental a serviço da revolução (1915/1926)*. Artigo publicado em blog. 2010. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com/2010/12/ensino-de-historia-em-manoel-bomfim-um.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. p. 385-450.
- GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. p. 11-29.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.
- GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.
- IGLESIAS, Francisco. *Os Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFMG/IPEA, 2000.
- KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-99, 1996.
- KULESZA, Wojciek Andrzej. Pedagogia e Psicologia no pensamento de Manoel Bomfim. *Revista do IHGSE*, Aracaju, v. 49, p. 111-117, 2019.
- LEITE, Dante Moreira. Manuel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas. In: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 2017. p. 329-343.
- MACHADO, C. J. dos S.; BARBOSA, D. de S. O pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra América Latina: males de origem (1905). *Educação & Formação, [S.l.]*, v. 1, n. 1, p. 159-171, 2016.
- MACHADO, Dênis Wagner. *Os males de origem da educação segundo Manoel Bomfim*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- MEDEIROS, Jerferson Joyle dos Santos. *Nação, escrita e América Latina: Manoel Bomfim*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NAGLE, Jorge. *Sociedade e Educação na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, Manuel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13-25.
- NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVA, Terezinha Alves de. Manoel Bomfim e os impressos sobre educação. *Cadernos UFS: História da Educação*, São Cristóvão, Sergipe, v. 5, n. 1, p. 27-34, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Manoel Bomfim: autor esquecido ou fora de tempo? *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 771-797, 2015.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- OTHERO, Carolina de Oliveira Silva. *Tradição, linguagem e orientação: a escrita da história em Manoel Bomfim (1923-1931)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PORTUGAL, Francisco Teixeira. Linguagem, psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010a. p. 11-29.
- PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento de Manoel Bomfim. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, São Gonçalo, ano 10, n. 2, p. 596-612, 2010b. p. 277-290.
- PRADO, Maria Emília. Manuel Bomfim (1868-1932). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Espada. *Os historiadores: clássicos da historiografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes: PUC, 2018. v. 4, p. 180-197.
- PRIORI, Angelo; CANDELORO, Vanessa de Moraes. “Manuel Bomfim: a educação como resposta para ‘os males’ do Brasil”. In: PRIORI, Angelo; CANDELORO, Vanessa de Moraes (org.). *Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro: Séc. XIX*. Curitiba: Instituto Memória, 2009. p. 147-171.
- REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manuel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-231.
- RIBEIRO, Darcy. Manuel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manuel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 9-20.
- ROMERO, Silvio. *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Livraria Chardon, 1906.
- SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenas; FERRONATO, Cristiano. “Afortunados o povo que não tem história”: Ruy Barbosa, os pareceres da instrução pública e o ensino de História Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Histórias do ensino de História: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes*. Recife: UPE, 2020. p. 19-44.
- SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *Através do Brasil: uma trajetória centenária*. São Cristóvão, SE: EDUFS, 2013.
- SANTOS, Claudefranklin Monteiro; OLIVA, Terezinha Alves de. As multifaces de Através do Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 101-121, 2004.
- SANTOS, Ivan Paulo Silveira. *Manoel Bomfim: trajetória, suas críticas e concepções sobre o Brasil como nação*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.
- SANTOS JÚNIOR, Valdir Donizete dos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um conto moral que sirva de espelho da vida”: Bathazar Goes, um intelectual pensando o ensino de História. *Interfaces Científicas: Educação*, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 23-34, 2019.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares de Sergipe (1911-1926)*. São Cristóvão, SE: EDUFS, 2013.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. *História, Histórias*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 104-126, 2017a.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brasil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. *História Hoje*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 204-230, 2017b.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Simples, atraente e comovente”: o ensino de História nos programas dos grupos escolares sergipanos (1912-1924). *História & Ensino*, Londrina, v. 24, n. 1, p. 165-197, 2018.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Aos que tivessem avidez de saber das cousas pátrias”: Américo Brasileiro, a escrita da história escolar e a invenção do espaço paulista. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Histórias do ensino de História: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes*. Recife: UPE, 2020. p. 45-72.
- SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil: Rio de Janeiro (1870-1924)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SILVA, José Maria de Oliveira. O pensamento historiográfico de Manoel Bomfim. *Tomos*, Aracaju, v. 1, p. 61-71, 1998.



SILVA, José Maria de Oliveira. Salvar a América – Educação e História: nuances do radicalismo em Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 115-134, 1990.

SILVA, Ligiane Aparecida; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Um estudo do discurso o progresso pela instrução, de Manoel Bomfim: palavras dirigidas às normalistas. *Imagens da Educação*, Maringá, PR, v. 9, n. 2, p. 93-109, 2019.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Original publicado em 1976.

SUASSUNA, Daniella de Souza Barbosa; MACHADO, Charliton José dos Santos. Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra América Latina: males de origem (1905). *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 12, p. 147-151, 2009.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

TONON, Marina Rodrigues. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2014.

UEMORI, Celso Nobrou. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

## Notas

<sup>1</sup> Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Lima Silva pela generosidade de ter disponibilizado informações sobre a localização das fontes, tornando possível o exercício de escrita deste artigo.

<sup>2</sup> Podemos incluir neste grupo as contribuições de Thomas Skidmore (2012), Ronaldo Conde Aguiar (1996), Yara Rodrigues Andrade (2008), Armino Guarani (1925), Simone Petraglia Kropf (1996), José Maria de Oliveira Silva (1998), Aluizio Alves Filho (1979), Flora Sússekind e Roberto Ventura (1984), Lúcia Maria Lippi Oliveira (1990, 2015), Roberto Ventura (1991), Darcy Ribeiro (1993), Maria Thetis Nunes (1997), Ronald Conde Aguiar (2000), Francisco Iglesias (2000), André Botelho (1997), Ângela de Castro Gomes (2002), Rebeca Gontijo (2003), Eliane de Freitas Dutra (2005), José Carlos Reis (2006), Paula Rejane Fernandes (2012), Marina Tonon (2014), Jerferson Joyle dos Santos Medeiros (2015), Maria Emília Prado (2018), Alfredo Bosi (2019) e Carolina de Oliveira Silva Othero (2019).

<sup>3</sup> Sobre as análises que se debruçam acerca da produção intelectual de Manoel Bomfim no âmbito da Psicologia, ressaltam Francisco Teixeira Portugal (2010a; 2010b) e Wojciek Andrzej Kulesza (2019).

<sup>4</sup> O pensamento sociológico de Manoel Bomfim foi escopo dos trabalhos produzidos por Márcio Henrique de Moraes Baroni (2003), Celso Nobrou Uemori (2006), André Luiz de Souza Filgueira (2012) e Vamireh Chacon (1965).

<sup>5</sup> No âmbito da Educação, Manoel Bomfim foi objeto de estudo de Daniella de Souza Barbosa Suassuna e Charliton José dos Santos Machado (2009; 2016), Dênis Wagner Machado (2014), Mitsuko Aparecida Makino Antunes (2016), Angelo Priori e Vanessa de Moraes Candeloro (2009), Ligiane Aparecida Silva e Maria Cristina Gomes Machado (2019) e Ivan Paulo Silveira Santos (2017).

<sup>6</sup> No tocante à análise da produção de livros escolares, ressaltam-se os estudos de Claudfranklin Monteiro Santos e Terezinha Alves Oliva (2004), Marcela Cockell (2011), Sônia Câmara e Marcela Cockell (2011), Rogata Del Gadio e Doralice Pereira (2011).

<sup>7</sup> Uma rara exceção é texto de Itamar Freitas (2010), que analisa o ensino de história em Bomfim e, em certa medida, José Maria de Oliveira Silva (1990), que analisa a relação entre educação e história no pensamento republicano de Bomfim.



<sup>8</sup> No âmbito da recepção do livro “América Latina, males de origem”, destaca-se como principal resposta de oposição o livro de igual título, publicado por Sílvio Romero, dois anos depois, em 1906.

<sup>9</sup> Para Sílvio Romero, “[o] auctor da America Latina suppõe haver atinado com a raiz primaria dos alludidos males sociaes e políticos e haver descoberto o remedio adequado à sua extirpação. Etiologia e therapeutica infalliveis, a seu vêr e de muitos que, por falta da precisa cultura, andam ahi boquiabertos deante d’essa inesperada prova da sabedoria indígena. Passado o primeiro momento de effusão no clan litterario e profissional de que faz parte o auctor do livro encomiado, já é tempo de sobra para dizer a verdade e mostrar que o novo producto do jovem professor não passa de um acervo de erros, sophismas e contradições palmares.” (ROMERO, 1906, p. 11).

<sup>10</sup> Entre os intelectuais da Primeira República que se caracterizavam pela atuação multifacetada, podemos destacar os conterrâneos de Bomfim, como Felisbello Freire, Laudelino Freire, João Ribeiro e Sílvio Romero, assim como outros pensadores da história, como Oliveira Viana, Capistrano de Abreu e barão Homem de Melo.

<sup>11</sup> No livro “O Brasil na História”, de 1930, Manoel Bomfim dedica o terceiro capítulo “[a]os que fizeram a história do Brasil”, no qual avalia a produção historiográfica nacional entre Frei Vicente Salvador e os historiadores da Primeira República (BOMFIM, 1930, p. 109).

<sup>12</sup> No capítulo “Os que fizeram a história do Brasil”, Manoel Bomfim elenca como historiadores que contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira: Frei Vicente do Salvador, Robert Southey, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Carlos Maul.

<sup>13</sup> De acordo com Manoel Bomfim, o “coro dos historiadores bragantinos” era constituído por Frei Agostinho de Santa Maria, Rocha Pitta, Varnhagen, João Manuel Pereira da Silva, Moreira Azevedo, Fernandes Pinheiro, Raphael Galanti, Oliveira Lima e Euclides da Cunha. Com algumas ressalvas, ao reconhecer o mérito da exatidão, também foram inclusos o barão do Rio Branco e Luiz da Veiga (BOMFIM, 1930, p. 109-118).

<sup>14</sup> “O Methodo dos Tests” foi um livro publicado por Manoel Bomfim, mas que contou com a colaboração de professoras primárias do Colégio de Aplicação da Escola Normal do Distrito Federal, a saber: Alice Correia Jorge da Cruz, Eurídice Correia Jorge da Cruz, Leopoldina R. da Cruz Machado, Maria Alexandrina Ribeiro Pacco, Moema de Carvalho e Ophelia de Avelar Barros.

<sup>15</sup> Proposta coadunada com projetos elaborados anteriormente por intelectuais como Américo Braziliense (SANTOS, 2020) e Rui Barbosa (SANTOS; FERRONATO, 2020).

**Data de recebimento:** 15/07/2020

**Data de aprovação:** 10/01/2021